

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. é uma Companhia de capital nacional que tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de artigos esportivos, incluindo vestuários, bolas, calçados e outros artefatos.

A Companhia vem internacionalizando suas operações visando crescimento das vendas.

Com a melhora e confiança no cenário econômico tanto nacional quanto internacional, a companhia espera apresentar melhores resultados ao longo dos exercícios seguintes.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado . DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 09 de Março 2012.

A preparação das informações anuais da controladora e consolidadas requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Companhia que

impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superiores há um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados pelo valor justo).

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros . Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 . Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) . Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) . Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

NOTA 2.1 – BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes companhias controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Percentual de participação no capital social	
	Direta	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladas		
Latinline S/A	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	95,00	95,00
Cambuci Trust S/A	30,00	30,00
Penalty Chile	76,00	76,00
Impar Paraguay	96,70	96,70
Era Sports Ltda	99,99	99,99
Cambuci Importadora Ltda	99,99	99,99
Impar Sports Ltda	98,00	98,00
Penalty Ibéria	100,00	-

Durante o exercício de 2011 , dando continuidade a internacionalização da Companhia, foi constituída a Penalty Ibéria , com sede na Espanha.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações mantidos entre as companhias foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as companhias controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

NOTA 3 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- a) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- b) A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos;

- c) O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade;
- d) É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia.
- e) Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios.

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

3.2.2 Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Contas a receber de clientes

Estão representadas pelas vendas de produtos, contabilizadas pelos seus valores nominais, ajustados a valor presente, quando necessário, tendo como contrapartida as contas de receitas. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das

demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

3.5 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, aprovado pela Deliberação CVM nº. 605/09 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível a controladora.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

3.6 Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Os custos subsequentes

são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo depreciable do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor depreciable e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor depreciable dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a Deliberação CVM 639 que aprovou o CPC 01 (R1) – Redução do Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

3.7 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares* e marcas e patentes, adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil

definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

3.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.11 Tributação

3.11.1 Tributo corrente

O tributo corrente a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui ou adiciona receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente, se existente, é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço.

3.12 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração a taxa média ponderada nas captações de recursos dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a ativos e passivos, quando necessários, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.14 Julgamento, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos.

b) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

c) Provisão para Riscos Fiscais e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641/10, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 aprovado pela deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

3.16 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.17 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrerem mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentelemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

3.18 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas previstas IFRS.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	275	375	275	375
Bancos	8.450	839	14.995	7.331
	<u>8.725</u>	<u>1.214</u>	<u>15.270</u>	<u>7.706</u>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros, não havendo aplicações em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber	77.689	66.632	75.306	79.967
(-) Estimativa Para Devedores Duvidosos	(2.791)	(2.753)	(2.941)	(2.753)
(-) Adiantamento de clientes	(2.242)	-	(2.425)	(2.912)
(-) Transferencia para mútuo	-	(3.641)	-	(16.199)
	72.656	60.238	69.940	58.103

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 100 dias. O saldo da provisão para devedores duvidosos é composto, substancialmente, por valores em atraso acima de 120 dias. A movimentação da estimativa para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(2.234)	(2.272)
Créditos provisionados no período	(519)	(481)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2.753)	(2.753)
Créditos provisionados no período	(38)	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(2.791)	(2.941)

NOTA 6 - ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	22.014	15.776	37.275	25.074
Importação em Andamento	4.073	5.483	4.073	5.483
Produtos em elaboração	2.842	2.223	2.842	3.016
Matérias-primas	11.674	9.195	14.438	9.196
Matérias-primas em Trânsito	3.271	1.023	3.271	1.023
Material de manutenção	2.298	1.683	2.298	1.827
	46.172	35.383	64.197	45.619

NOTA 7 – IMPOSTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	378	423	378	959
IPÍ	348	172	348	1
PIS	-	-	67	-
COFINS	-	-	300	-
IVA de controladas no exterior	-	-	2.509	1.305
Outros	1	1	1	-
	727	596	3.603	2.265

NOTA 7.1 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IR e da CS	6.723	9.497
Alíquota combinada IRPJ/CSLL	34%	34%
Despesas com IR e CS pela alíquota vigente	(2.286)	(3.229)
Resultado da equivalência patrimonial	(5.732)	(2.628)
Outras (adições) exclusões , líquidas	750	(12.260)
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT:		
Subvenção para investimento - ICMS	23.366	20.377
Ajuste de vida útil Lei 11.638	1.769	-
	17.867	2.260

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas no citado Pronunciamento. O saldo do prejuízo fiscal é de R\$ 109.559 (R\$ 96.245 em 2010) e de base negativa de contribuição social é de R\$ 49.648 (R\$ 36.217 em 2010)

NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS

	Controladora				
	Saldos				
Controladas	Ativos por conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Venda de produtos	Compra de produtos
Penalty Argentina S/A					
Saldo em 31/12/11	-	7.613	-	5.798	5.798
Saldo em 31/12/10	3.641	5.460	-	11.091	11.091
Cambuci Trust S/A					
Saldo em 31/12/11	583	-	-	-	-
Saldo em 31/12/10	339	-	-	-	-
Penalty Chile					
Saldo em 31/12/11	-	971	-	739	739
Saldo em 31/12/10	-	720	-	1.414	1.414
Impar Paraguay					
Saldo em 31/12/11	204	5.568	390	-	-
Saldo em 31/12/10	92	4.320	390	-	-
Era Sports Ltda					
Saldo em 31/12/11	56	-	-	-	-
Saldo em 31/12/10	56	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda					
Saldo em 31/12/11	353	63	-	-	-
Saldo em 31/12/10	301	63	-	-	-
Impar Sports Ltda					
Saldo em 31/12/11	15.140	4.217	-	3.536	3.536
Saldo em 31/12/10	6.284	3.520	-	6.764	6.764
Penalty Ibéria					
Saldo em 31/12/11	-	1.475	-	1.314	1.314
Saldo em 31/12/10	-	-	-	2.514	2.514

As transações de vendas realizadas com nossas controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. O prazo médio de recebimento para vendas ao exterior é de aproximadamente 180 dias e no mercado doméstico é de aproximadamente 60 dias, que são usualmente os prazos praticados com os demais clientes nestes mercados.

Os saldos com partes relacionadas, classificados em “Partes relacionadas”, no Ativo não circulante, compostos acima, são referentes à contas-correntes operacionais entre as companhias do grupo, sem incidência de juros.

Remuneração do pessoal da Administração:

Em 31 de dezembro de 2011 o montante pago no período, referente à remuneração de seus administradores, conselheiros e diretores é de R\$ 228 (R\$ 232 em 31 de dezembro de 2010) .

Nossa diretoria não mantém nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Empresas	% de Participações	Saldos em 31/12/2010	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2011
Investimentos em controladas						
Latinline S/A	100,00	1.730	-	(68)	161	1.823
Penalty Argentina S/A	95,00	3.011	-	(1.137)	119	1.993
Penalty Chile	76,00	987	-	41	14	1.042
Impar Paraguay	96,70	1.930	-	845	395	3.170
		<u>7.658</u>	<u>-</u>	<u>(319)</u>	<u>689</u>	<u>8.028</u>

Empresas	% de Participações	Saldos em 31/12/2010	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/2011
Provisão para perdas em investimentos						
Penalty Ibéria	100,00	-	410	(1.098)	157	(531)
Era Sports Ltda	99,99	(529)	-	-	-	(529)
Cambuci Importadora Ltda	99,99	(10.520)	-	(69)	(29)	(10.618)
Impar Sports Ltda	98,00	(5.356)	-	(4.236)	-	(9.592)
		<u>(16.405)</u>	<u>410</u>	<u>(5.403)</u>	<u>128</u>	<u>(21.270)</u>

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Controladora									
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de computação	Instalações	Móveis e utensílios	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31.12.10	114	10.648	43.458	5.155	13.786	3.751	3.211	1.012	81.135
Adições	-	-	4.675	340	227	1.225	2.914	5.581	14.962
Baixas	-	-	(1.503)	(172)	(82)	(928)	(1.064)	-	(3.749)
Saldos em 31.12.11	<u>114</u>	<u>10.648</u>	<u>46.630</u>	<u>5.323</u>	<u>13.931</u>	<u>4.048</u>	<u>5.061</u>	<u>6.593</u>	<u>92.348</u>
Depreciação									
Taxa de Depreciação	0%	10%	10%	20%	10%	10%	10% a 20%	0%	
Saldos em 31.12.10	-	(4.663)	(24.100)	(4.567)	(4.678)	(1.856)	(629)	-	(40.493)
Adições	-	(597)	(6.027)	(612)	(1.363)	(356)	(596)	-	(9.551)
Baixas	-	-	4.393	149	438	418	476	-	5.874
Saldos em 31.12.11	<u>-</u>	<u>(5.260)</u>	<u>(25.734)</u>	<u>(5.030)</u>	<u>(5.603)</u>	<u>(1.794)</u>	<u>(749)</u>	<u>-</u>	<u>(44.170)</u>
Saldos líquidos em 31.12.10	<u>114</u>	<u>5.985</u>	<u>19.358</u>	<u>588</u>	<u>9.108</u>	<u>1.895</u>	<u>2.582</u>	<u>1.012</u>	<u>40.642</u>
Saldos líquidos em 31.12.11	<u>114</u>	<u>5.388</u>	<u>20.896</u>	<u>293</u>	<u>8.328</u>	<u>2.254</u>	<u>4.312</u>	<u>6.593</u>	<u>48.178</u>
Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de computação	Instalações	Móveis e utensílios	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31.12.10	114	10.648	44.990	5.155	13.786	3.751	3.211	1.012	82.667
Adições	-	-	7.987	401	227	1.225	2.914	5.581	18.335
Baixas	-	-	(1.504)	(172)	(81)	(928)	(1.063)	-	(3.748)
Saldos em 31.12.11	<u>114</u>	<u>10.648</u>	<u>51.473</u>	<u>5.384</u>	<u>13.932</u>	<u>4.048</u>	<u>5.062</u>	<u>6.593</u>	<u>97.254</u>
Depreciação									
Taxa de Depreciação	0%	10%	10%	20%	10%	10%	10% a 20%	0%	
Saldos em 31.12.10	-	(4.663)	(24.100)	(4.567)	(4.678)	(1.856)	(629)	-	(40.493)
Adições	-	(597)	(6.471)	(616)	(1.363)	(356)	(596)	-	(9.999)
Baixas	-	-	4.393	149	438	418	476	-	5.874
Saldos em 31.12.11	<u>-</u>	<u>(5.260)</u>	<u>(26.178)</u>	<u>(5.034)</u>	<u>(5.603)</u>	<u>(1.794)</u>	<u>(749)</u>	<u>-</u>	<u>(44.618)</u>
Saldos líquidos em 31.12.10	<u>114</u>	<u>5.985</u>	<u>20.890</u>	<u>588</u>	<u>9.108</u>	<u>1.895</u>	<u>2.582</u>	<u>1.012</u>	<u>42.174</u>
Saldos líquidos em 31.12.11	<u>114</u>	<u>5.388</u>	<u>25.295</u>	<u>350</u>	<u>8.329</u>	<u>2.254</u>	<u>4.313</u>	<u>6.593</u>	<u>52.636</u>

As máquinas com valor contábil de aproximadamente R\$23.000 (2010: aproximadamente R\$20.000) foram cedidas em garantia para obtenção de empréstimos da Companhia. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vendê-los a outra companhia.

Adicionalmente, as obrigações da Companhia assumidas por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$ 506 mil (R\$ 310 mil em 2010).

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

NOTA 11 – INTANGIVEL

Controladora				
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo				
Saldos em 31.12.10	4.559	2.609	987	8.155
Adições	2.401	80	-	2.481
Baixas	(2.117)	(797)	(780)	(3.694)
Saldos em 31.12.11	4.843	1.892	207	6.942
Amortização	20%	10%	10% a 20%	
Saldos em 31.12.10	(14)	(1.646)	-	(1.660)
Adições	(46)	(74)	-	(120)
Baixas	-	431	-	431
Saldos em 31.12.11	(60)	(1.289)	-	(1.349)
Saldos líquidos em 31.12.10	4.545	963	987	6.495
Saldos líquidos em 31.12.11	4.783	603	207	5.593
Consolidado				
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo				
Saldos em 31.12.10	5.717	3.131	892	9.740
Adições	2.401	151	-	2.552
Baixas	(3.702)	(797)	(780)	(5.279)
Saldos em 31.12.11	4.416	2.485	112	7.013
Amortização				
Taxa de amortização ao ano	20%	10%	10% a 20%	
Saldos em 31.12.10	(14)	(1.646)	-	(1.660)
Adições	(46)	(74)	-	(120)
Baixas	-	431	-	431
Saldos em 31.12.11	(60)	(1.289)	-	(1.349)
Saldos líquidos em 31.12.10	5.703	1.485	892	8.080
Saldos líquidos em 31.12.11	4.356	1.196	112	5.664

NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Encargos financeiros		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI mais 0,25% a 0,36%	49.548	10.975	72.753	25.376
Desenbahia - BNDES	TJLP	23.242	25.191	23.242	25.191
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	2.551	1.501	2.557	1.501
Pró-indústria	TR + 1% a.m	2.807	2.004	2.807	2.004
Financiamento Importação	Taxa Libor	1.013	-	1.013	-
		79.161	39.671	102.372	54.072
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	Variação cambial mais 13,44% a.a.	4.992	4.206	4.992	4.206
		84.153	43.877	107.364	58.278
Passivo circulante		40.640	11.028	63.300	19.113
Passivo não circulante		43.513	32.849	44.064	39.165

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm a seguinte composição:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	15.110	-	15.110
2013	18.304	4.599	18.304	4.599
Após 2013	25.209	13.140	25.760	19.456
Total	43.513	32.849	44.064	39.165

Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Capital de giro

Em moeda nacional

Os valores relacionados à captação de recursos para capital de giro é composto por:

Instituição Financeira	Cambuci S/A	Impar Sports	Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Bradesco	6.620	3.859	-	-	-	10.479
Banco ABC	4.452	-	-	-	-	4.452
Banco del Chile	-	-	-	-	687	687
Banco Daycoval	-	3.963	-	-	-	3.963
Banco Santander	-	-	945	-	-	945
Banco Fibra	15.697	-	-	-	-	15.697
Banco do Brasil	3.291	-	-	-	-	3.291
Banco Itaú	19.488	-	-	13.752	-	33.240
	<u>49.548</u>	<u>7.822</u>	<u>945</u>	<u>13.752</u>	<u>687</u>	<u>72.753</u>

Todas essas operações estão sendo oferecidos recebíveis como garantia.

Em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a companhia assinou com o Banco Barclays & Galicia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812, pertencentes à controlada Cambuci Trust S.A.

Em outubro de 2006, parte da dívida foi renegociada, junto os seus credores.

NOTA 13 – DEBÊNTURES

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Debêntures - não conversíveis	INPC mais juros de 8,5% a.a.	13.651	14.372	13.651	14.372
Passivo circulante	Passivo circulante	3.510	1.198	3.510	1.198
Passivo não circulante	Passivo não circulante	10.141	13.174	10.141	13.174

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm a seguinte composição:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	3.390	-	3.390
2013	3.510	3.390	3.510	3.390
Após 2013	6.631	6.394	6.631	6.394
Total	10.141	13.174	10.141	13.174

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago mediante parcelas em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010 a Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalís, com a anuência expressa da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES LTDA., o valor de R\$ 18.479, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios .

A Companhia, para 31 de dezembro de 2011, encontra-se adimplente com a atual operação.

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos e contribuições				
ICMS	256	110	8.255	8.144
PIS	54	90	90	228
COFINS	249	402	1.339	1.049
Outros	113	1.243	360	1.494
	672	1.845	10.044	10.915
Tributos parcelados				
REFIS - Lei 11.941/09	21.696	26.728	22.867	29.215
PPI do ICMS	11.971	13.133	12.081	13.133
ICMS	-	14	-	14
	33.667	39.875	34.948	42.362
	34.339	41.720	44.992	53.277
Passivo Circulante	4.753	5.802	5.014	6.923
Passivo não Circulante	29.586	35.918	39.978	46.354
	34.339	41.720	44.992	53.277

A Companhia optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos devidos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento proporcionou à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais. Em 27 de junho de 2011 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu recibo de consolidação do parcelamento de dívidas incluídas no Refis IV.

PPI-Programa de parcelamento Incentivado:

Resumo do Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo – PPI, em 31 de Dezembro de 2011:

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos consolidados no PPI	14.718	13.881
(-) Parcelas pagas em 2007	(341)	(461)
(-) Parcelas pagas em 2008	(1.391)	(1.398)
(-) Parcelas pagas em 2009	(1.814)	(1.694)
(-) Parcelas pagas em 2010	(1.850)	(1.832)
(-) Parcelas pagas em 2011	(2.010)	-
Juros apropriados	4.659	4.637
	11.971	13.133
Passivo Circulante	2.081	1.944
Passivo não Circulante	9.890	11.189
	11.971	13.133

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2011	31/12/2010
2012	5.727	15.110
2013	10.495	4.599
Após 2013	13.364	16.209
Total	29.586	35.918

NOTA 15 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	1.859	(1.076)	783	2.859	(765)	2.094
Tributário	1.087	(379)	708	1.050	(197)	853
Total	2.946	(1.455)	1.491	3.909	(962)	2.947

A provisão foi constituída no montante estimado das ações classificadas como de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia além de valores que a Administração entende que a perda é provável. A movimentação da provisão neste exercício é assim demonstrada:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.859	1.050	3.909
(+) Complemento de provisão	-	37	37
(-) Reversão de provisão	(505)	-	(505)
(-) Pagamento de ações	(495)	-	(495)
Total	<u>1.859</u>	<u>1.087</u>	<u>2.946</u>

A reversão de provisão para contingência trabalhista, de R\$ 505 mil, se refere substancialmente a ganhos na esfera trabalhista. O pagamento de ações trabalhistas, de R\$ 495 mil, se refere substancialmente a pagamento de pleito de causas perdidas na esfera trabalhista.

Além dos processos acima mencionados, em 31 dezembro de 2011, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 12.822 mil para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela mesma, não foram registradas provisões. A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- a) Diversas ações cíveis, num montante de R\$ 3.214 mil, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- b) Diversas ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais e horas extras no montante de R\$ 4.065 mil.

Auto de infração, no montante de R\$ 2.126 mil visando a cobrança de Cofins dos meses de março, abril e setembro de 1998, que se encontram quitados mediante pagamento em guia DARF ou mediante compensação com os créditos do PIS da Companhia.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social:

Em Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas AGE/AGO realizada em 20 abril de 2010 foi aprovado o desdobramento das ações da seguinte forma: 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias, com direito a voto e 24.539.400 preferenciais, sem direito a voto.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão totalmente subscritas e integralizadas.

Em janeiro de 2011 a Companhia incorporou a reserva de capital ao prejuízo acumulado no valor de R\$ 73.078.

b) Ajuste de avaliação patrimonial:

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustes por variação de preços no mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

c) Reserva de capital:

Corresponde ao valor de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos estados da Bahia e Paraíba, cuja contrapartida é o resultado do exercício.

d) Reserva de lucros:

- Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, que totaliza em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$336 .

- Reserva de lucros a realizar

O saldo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 4.790 refere-se a valor retido como reserva de lucros que esta a disposição da Assembléia.

e) Dividendos:

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

NOTA 17 - POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (de juros e de preço), risco de câmbio, risco de liquidez e de crédito.

Risco de juros – a companhia vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros através de negociações com as instituições financeiras, estas ações são decorrentes da estratégia adotada pela companhia.

Risco de câmbio – é realizado um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas e coligadas.

Risco de liquidez – é realizada tendo em consideração indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo. A gestão de risco tem como objetivo realizar acompanhamento da liquidez e efetuar os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata e liquidez trimestral permitindo a gestão obter dados numa óptica global. As principais ações da Companhia estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

Risco de Crédito – Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente, acompanhando o limite de créditos concedidos aos clientes, acompanhar o nível de inadimplência tomando medidas necessárias para minimizar o impacto no caixa da Companhia.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 os instrumentos financeiros mantidos incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e empréstimos e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aqueles de mercado.

A Companhia ainda apresenta em 31 de Dezembro de 2011, valores referentes a empréstimos, financiamentos, que por estarem vencidos e em processo de cobrança judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, bem como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção – hedge.

NOTA 19 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade conforme instrução CVM 475 :

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Valores atrelados ao TJLP

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual do TJLP	6,00%	6,00%	6,00%
Passivo - Empréstimos	23.242	23.242	23.242
Taxa estimada de acordo com os cenários	6,00%	7,50%	9,00%
Efeito no Passivo Aumento	-	1.743	2.092

Valores atrelados ao CDI

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual da CDI mais 0,25% a 0,36% a a	8,70%	8,70%	8,70%
Passivo - Empréstimos	49.548	49.548	49.548
Taxa estimada de acordo com os cenários	8,70%	10,88%	13,05%
Efeito no Passivo Aumento	-	1.078	2.155

Valores atrelados ao INPC

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual do INPC + 8,5% a.a	13,67%	13,67%	13,67%
Passivo - Empréstimos	13.651	13.651	13.651
Taxa estimada de acordo com os cenários	13,67%	17,09%	20,51%
Efeito no Passivo Aumento	-	467	933

Valores atrelados a tabela IGPM

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual do IGPM + 12% a.a juros	13,15%	13,15%	13,15%
Passivo - Empréstimos	2.807	2.807	2.807
Taxa estimada de acordo com os cenários	13,15%	16,44%	19,73%
Efeito no Passivo Aumento	-	92	185

Valores atrelados a Variação cambial

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual Variação cambial	1,8544	1,8544	1,8544
Passivo - Empréstimos	4.992	4.992	4.992
Taxa estimada de acordo com os cenários	1,8544	2,3180	2,7816
Efeito no Passivo Aumento	-	1.041	2.083

NOTA 20 - INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 20211. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrados durante o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, é demonstrado como segue:

Controladora		
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Subvenção do ICMS:		
Paraíba	(a) 3.968	4.578
Bahia	(b) 19.398	15.723
	<u>23.366</u>	<u>20.301</u>

- (a) Os valores são referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS em conformidade com o decreto 17.252 de 27 de dezembro de 1994. A Companhia está cumprindo rigorosamente com o acordo firmado com o Governo Estadual.
- (b) Os valores são referentes à subvenção para investimento no Estado da Bahia, usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está cumprindo rigorosamente com o acordo firmado com o Governo Estadual.

NOTA 21 – INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento

estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Vendas brutas mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	302.219	300.342
Argentina	5.798	5.737
Ibéria	1.314	-
Outros	4.275	4.230
Total	313.606	310.309

Os ativos não circulantes de cada segmento geográfico estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Ativos não circulantes mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	81.635	67.634
Argentina	1.340	1.171
Paraguai	3.036	1.679
Outros	4.158	4.567
Total	90.169	75.051

NOTA 22 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, conforme requerido pelo IFRS. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	(5.466)	(1.345)	(5.792)	(1.299)
Despesas com Pessoal	(39.302)	(11.733)	(44.100)	(15.407)
Matérias-primas e serviços terceiros	(180.380)	(193.911)	(169.828)	(208.749)
	(225.148)	(206.989)	(219.720)	(225.455)
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custos dos produtos vendidos	(135.279)	(133.453)	(117.030)	(142.210)
Despesas com vendas	(67.210)	(57.709)	(79.276)	(68.677)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.240)	(16.313)	(25.835)	(18.123)
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	2.313	3.114	2.421	3.259
Resultado da Equivalência patrimonial	(5.732)	(2.628)	-	296
	(225.148)	(206.989)	(219.720)	(225.455)

NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS FINANCEIRAS				
Descontos obtidos	2.587	1.925	2.587	1.925
Variação cambial	5.001	2.140	5.001	2.340
Juros recebidos	1.265	980	1.265	980
Outras Receitas	10	-	114	25
	8.863	5.045	8.967	5.270
DESPESAS FINANCEIRAS				
Juros s/ financiamentos e empréstimos	(9.991)	(12.028)	(14.471)	(13.682)
Variação cambial	(6.010)	(2.047)	(6.792)	(3.982)
Outras despesas	(1.570)	(189)	(1.830)	(189)
	(17.571)	(14.264)	(23.093)	(17.853)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(8.708)	(9.219)	(14.126)	(12.583)

NOTA 24 - SEGUROS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.